

# A GLOBALIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

---

*Eloísa Nair de Andrade Argerich*

**Resumo:**

O objetivo deste artigo é analisar o processo de evolução do trabalho e sua relação com o capital, partindo do processo de desenvolvimento capitalista, intensificado pela Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, que até a Revolução Comercial dos séculos XVI e XVII estava ligado à circulação de mercadorias, destacando-se as transformações sociais, econômicas e políticas provocadas. Será enfatizada a consolidação do sistema capitalista a partir da exploração da mais-valia e da divisão do trabalho como forma de aumentar a produtividade. É intenção, também, analisar o impacto que a globalização econômica e a implantação de políticas neoliberais vêm causando ao longo dos anos ao processo de trabalho, gerando a exclusão social.

**Palavras-Chave:**

Mais-valia. Mecanização industrial. Divisão do trabalho. Globalização. Sistema capitalista. Exclusão social.

**Abstract:**

The purpose of this paper is to analyze the process of evaluation of work and its relation to capital, starting from the process of capitalist development, intensified by the Industrial Revolution, initiated in England on the second half of the XVIII century, which until the Commercial Revolution of the XVI and XVII centuries was connected to the circulation of goods, and highlighting the social, economical and political changes it provoked. The consolidation of the capitalist system from the exploitation of the more value and the labor share as a way of improving productivity will be emphasized. It intends as well to analyze the impact that the economical globalization and the implementation of neo-liberal policies have been causing throughout the years to the process of work, generating the social exclusion.

**Keywords:**

More value. Industrial mechanization. Labor share. Globalization. Capitalist system. Social exclusion.

## **INTRODUÇÃO**

---

Não se pretende com este trabalho esgotar o assunto sobre a evolução da relação trabalho/capital, mas abordar aspectos a partir da mecanização industrial, que evidentemente provocaram grandes mudanças, tanto de ordem econômica quanto social, possibilitando o desaparecimento do que restava das práticas feudais e artesanais ainda existentes e a implantação definitiva do modo de produção capitalista, com a exploração da mais-valia.

A seguir busca-se analisar os métodos de acumulação fordista e toyotista, que muito contribuíram para a construção do sistema capitalista de produção e do modo de regulação das relações trabalhistas que, paradoxalmente, não colaboraram para a melhoria de condições dos trabalhadores, ao contrário, aumentaram as desigualdades sociais.

Para finalizar aborda-se a influência da globalização econômica nas relações trabalhistas, a partir das alterações do modo de acumulação de capital e do modo de organização da produção, em que os processos que antes eram voltados aos recursos da empresa hoje são alterados para se voltarem às demandas do mercado. Como consequência, a força de trabalho precisa adequar-se às novas formas de produção, tornando-se flexível, pois as transformações no mundo do trabalho, resultantes da crise do capital, buscam, por meio do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, novas formas de gestão e de controle do processo de produção e do trabalho.

## **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: marco da supremacia burguesa na ordem econômica**

---

No decorrer do século XVIII a Europa Ocidental passou por uma grande transformação no setor da produção, em decorrência dos avanços das técnicas de cultivo e da mecanização das fábricas, à qual se deu o nome de

Revolução Industrial<sup>1</sup>. A invenção e o uso da máquina permitiram o aumento da produtividade, a diminuição dos preços e o crescimento do consumo e dos lucros.

O desenvolvimento verificado nesse período foi fundamental para sepultar antigas crenças apregoadas pela Igreja Católica, as quais impediam o impulso para o desenvolvimento tecnológico. É importante salientar que todo o desenvolvimento técnico sempre esteve relacionado com outros aspectos da história humana, pois no período em que acontecia a Revolução Industrial as transformações políticas e econômicas na Europa se davam igualmente de forma muito rápida. Surgem novas ideologias revolucionárias, presentes na Declaração de Independência dos EUA (1776) e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que tiveram muita influência na mentalidade dos homens da época. Tratava-se do liberalismo econômico e político, que tinha como base a propriedade privada, o individualismo econômico, a liberdade de comércio, de produção e de contratos de trabalho sem controle do Estado ou pressão dos sindicatos.

Assim, ao lado das mudanças técnicas e políticas, aconteceram mudanças sociais, que nem sempre foram positivas. As empresas caseiras perderam totalmente suas feições artesanais, adquirindo uma nova forma. A substituição das ferramentas artesanais pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema feudal contribuiu para o aceleração das mudanças no trabalho industrial, causando grande impacto na estrutura da sociedade. O desenvolvimento de novas povoações, que surgiram a partir dos cercamentos ou *enclosures*<sup>2</sup>, possibilitou o deslocamento de homens e mulheres, que antes viviam nos

---

<sup>1</sup> Esta expressão é usada para se referir a todas as mudanças no trabalho industrial que aconteceram a partir de meados do século XVII até a Revolução Tecnológica do presente século.

<sup>2</sup> Consistiam na unificação dos lotes dos camponeses, até então dispersos em faixas pela propriedade senhorial (campos abertos), num só campo cercado por sebes e usados na criação intensiva de gado e de carneiros ou nas plantações que interessavam ao proprietário. (Coulon; Pedro, 2003).

campos, para as cidades. Conseqüentemente, o número de habitantes acentuou-se e já não vivem como famílias, mas são vistos como mão-de-obra fabril mais especializada.

Acentua Ashton:

[...] ao mesmo tempo exploraram-se novas fontes de matérias-primas, abriram-se novos mercados, criaram-se técnicas comerciais novas. O volume e mobilidade do capital aumentaram. A circulação monetária organizou-se [...] e nasceu o sistema bancário. [...] O Estado passou a desempenhar um papel menos activo na actividade económica, ao mesmo tempo que aumentava a participação dos indivíduos e das sociedades económicas. (s/d, p. 22).

Se por um lado Ashton diz que “o aspecto mais saliente da história social deste período – aquilo que acima de tudo o distingue dos anteriores – é o rápido crescimento da população” (p. 23), por outro, as condições de trabalho dos operários industriais e de tantos outros setores econômicos que emergiram eram precaríssimas, pois ao lado da intensificação da exploração do trabalho operário, da urbanização desenfreada e sem planejamento, das epidemias provocadas pelo acúmulo de populações nos grandes centros sem nenhuma infra-estrutura, cresciam as fábricas cada vez mais poderosas e determinantes de um processo irreversível que perdura até nossos dias.

Hobsbawm (1986, p. 42) observa que “mais gente significa mão-de-obra em maior quantidade e mais barata, e muitas vezes já se argumentou que em si mesmo isto constitui estímulo ao crescimento econômico, pelo menos no regime capitalista.” Nem sempre, porém, isso corresponde à verdade, pois, conforme o mesmo autor, “[...] a mão-de-obra barata pode retardar a industrialização.” Quer com isso dizer que essa lógica não funcionou em outros países, pois a Inglaterra era favorecida por outros fatores, tais como o acúmulo de capitais provenientes da expansão marítimo-comercial e do modelo mercantilista adotado a partir dos Atos de Navegação<sup>3</sup>, reservas minerais (ha-

---

<sup>3</sup> Decretados pelo governo de Oliver Crowell, em 1651. Conjunto de atos que determinavam que somente entrariam nos portos ingleses navios da Inglaterra ou pertencentes a países com os quais ela estivesse comerciando diretamente. Esses atos tornaram-se o sustentáculo do poderio da burguesia. (Vicentino; Dorigo, 2002, p. 331).

via abundância de carvão e ferro no solo inglês), o uso capitalista da terra, a ampliação dos empréstimos a juros com a criação do Banco da Inglaterra, em 1694, e o ouro extraído do Brasil, que também foi responsável pelo processo de acumulação de capitais na Inglaterra e, conseqüentemente, pela industrialização.

Contando com fatores propícios ao desenvolvimento (capital, mão-de-obra, mercados), os setores produtivos ingleses procuraram aumentar seu volume de produção e os níveis de produtividade por meio de artefatos mecânicos. A introdução de máquinas numa das etapas do processo produtivo, acelerando a quantidade de bens obtidos, implicou o aprimoramento técnico dos demais equipamentos. Para agilizar o processo e baratear os custos, passou-se a concentrar os equipamentos e as atividades desenvolvidas, racionalizando a produção. Com a concentração dos meios de produção (instrumentos e objetos de trabalho) nas mãos de uma minoria da população – a burguesia – a massa de trabalhadores viu-se então obrigada a vender sua força física em troca de salário.

Percebe-se que o surgimento da mecanização industrial operou significativas transformações em quase todos os setores da vida humana. Na estrutura socioeconômica fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados, eliminando-se a antiga forma de organização corporativa da produção utilizada pelos artesãos. Os trabalhadores passam a viver da única coisa que lhes pertencia: sua força de trabalho, explorada ao máximo. Dessa forma os assalariados, despojados de terras e ferramentas, submeteram-se a uma nova divisão do trabalho como produtores diretos de bens para os patrões burgueses.

Consolidava-se o sistema capitalista com base no capital e no trabalho assalariado. O capital apresenta-se sob a forma de terras, dinheiro, lojas, máquinas ou crédito. O agricultor, o comerciante, o industrial e o banqueiro, os donos do capital controlam o processo de produção, contratam ou demitem trabalhadores conforme sua conveniência. Os que não possuem capital

vendem sua força de trabalho por um salário. O uso da força de trabalho é o trabalho. Este deve ser útil para realizar valores de uso. O processo de trabalho é composto por: atividade do homem, objeto de trabalho e meios de trabalho. Então, o que distingue uma época econômica da outra são os meios de trabalho, verificando-se que a quantidade de mão-de-obra diminui com a evolução dos meios. (Marx, 2002).

Com efeito, Ashton acentua que

a revolução industrial era uma questão tanto econômica como tecnológica: consistiu tanto em alterações no volume e distribuição de riqueza como na mudança dos métodos de dirigir essa riqueza para determinados fins. Na verdade, os movimentos estavam estreitamente ligados; sem os inventos, a indústria teria prosseguido no seu lento progresso, tornando-se as empresas maiores, o comércio mais vasto, a divisão de trabalho maior, o transporte e as finanças mais especializados e eficientes, mas não teria havido nenhuma revolução industrial. Por outro lado, sem os novos recursos, dificilmente esses inventos poderiam ter ocorrido e só teriam sido aplicados em escala limitada. Foi o crescimento da poupança e da vontade de os pôr à disposição da indústria que permitiu à Inglaterra recolher os frutos do seu engenho. (s/d, p. 119).

Assim, embora a Revolução Industrial haja transformado fundamentalmente a vida social, econômica e política dos países ocidentais, marcando profundamente a relação capital-trabalho, pode-se dizer que ela provocou alterações no processo de trabalho, pois, no dizer de Marx,

a divisão do trabalho, em sua forma capitalista, não é mais do que um método particular de produzir a mais-valia relativa, ou de fazer aumentar, às custas do operário, os lucros do capital-é o que chamam de riqueza nacional. As custas do trabalhador, desenvolve-se a força coletiva do trabalho em prol do capitalista. Criam-se novas condições para assegurar a dominação do capital sobre o trabalho. Essa forma

de divisão do trabalho é uma forma necessária na formação econômica da sociedade, é um meio civilizado e refinado de exploração. (2002, p. 417-418).

Do exposto infere-se que a expansão industrial alcançou o continente europeu e se alastrou pelo resto do mundo, atingindo Bélgica, França, Itália, Alemanha, Rússia, Estados Unidos e Japão, e com a implementação da manufatura e da maquinofatura alterou profundamente as formas de trabalho, estimulando o imperialismo do século XIX.

É inegável que a Revolução Industrial estabeleceu a definitiva supremacia burguesa na ordem econômica, ao mesmo tempo em que acelerou o crescimento urbano e a formação da classe operária. Nesse contexto, inaugurava-se uma nova época, na qual a política, a ideologia e a cultura gravitavam entre dois pólos: a burguesia industrial e o proletariado, estabelecendo-se a luta de interesses entre essas duas classes. Percebe-se claramente a permanente questão que atravessou o desenvolvimento capitalista até nossos dias: de um lado aqueles que valorizam a dinâmica produtiva, a atuação do mercado como resgate fundamental do desenvolvimento; de outro os que priorizam o lado social, os efeitos sobre as maiorias sociais no desenvolvimento econômico cada vez mais globalizado.

É incontestável que estavam fixadas as bases do progresso tecnológico e científico, visando à invenção e ao aperfeiçoamento constante de novos produtos e técnicas para o maior e melhor desempenho industrial. Criaram-se, também, as condições para o aumento da produtividade, com mínimo de custos, e para a luta de classes, formando o conjunto das bases do mundo contemporâneo. Tendo como base o modo capitalista de produção e partindo da racionalização da organização do trabalho, serão analisados os métodos de acumulação do fordismo e do toyotismo, que configuram uma forma de gerenciamento com vistas ao aumento de produção e consumo.

## **FORDISMO E TOYOTISMO: formas de organização da produção capitalista**

---

Para melhor entendimento dos modelos de organização da produção fordista e toyotista, a explicitação do que seja o imperialismo do ponto de vista econômico é fundamental, pois está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo. As manifestações de Lenine são muito esclarecedoras quando observa:

[...] o imperialismo surgiu com o desenvolvimento e continuação directa das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. (1986, p. 641).

O imperialismo configura, na verdade, a fase monopolista do capitalismo que, para manter sua supremacia na ordem econômica, faz uma fusão do capital industrial, embasado no financeiro, com o capital bancário. Ambos se associam e passam a comandar as relações mundiais referentes às transações comerciais, criando monopólios que, por sua vez, desempenham papel fundamental na vida econômica mundial. O principal teórico marxista, K. Kautsky, citado por Lenine (p. 642), entende que o imperialismo congrega “todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo – cartéis, proteccionismo, dominação dos financeiros, política colonial – [...]”; o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo.”

## No entendimento de Bravermann,

[...] o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal. (1987, p. 216).

É desnecessário enfatizar que isso é uma decorrência da revolução tecnológica, que transformou a força de trabalho em capital, ensejando novos processos de trabalho, o emprego mais racional da mão-de-obra existente no mercado, ou seja, formando uma classe de trabalhadores dentro da estrutura ocupacional totalmente diferente dos trabalhadores oriundos da agricultura e das indústrias fabris.

A partir dessa exposição pode-se inferir que a lógica capitalista representa em si, indubitavelmente, a busca desmesurada do lucro que, por sua vez, agudiza as desigualdades sociais e acentua as contradições produzidas no âmbito das relações trabalhistas.

Nesse contexto percebe-se que as várias transformações ocorridas na sociedade são decorrentes da reestruturação e da globalização da economia que, nos quase 30 anos de expansão do capitalismo, no período pós-guerra (1945-1972), teve como paradigma de produção ou modo de acumulação do capital o fordismo, caracterizando-se este período por um modelo de organização do trabalho e de produção em massa. A indústria automobilística mudou as noções fundamentais da produção de bens e, conseqüentemente, as relações de trabalho, representando uma saída para a crise enfrentada pelo esgotamento do mundo capitalista.

Sabe-se que o regime de acumulação fordista teve sua origem nos EUA, e no pós-guerra se irradiou pelo mundo. Importante salientar que o fordismo tem por base o princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a um produto. Para isso deve adotar a verticalização, dominar as fontes de matéria-prima e os sistemas de transporte das mercadorias, bem como diminuir os custos, sendo que a produção deve ser em massa, em grande quantidade e aparelhada com tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade dos operários.

Para a concretização desse modelo, a produção, que antes era artesanal, é substituída pelo modelo desenvolvido por Henry Ford, o qual “aplica os métodos do *taylorismo* (ou organização científica do trabalho) à indústria automobilística para atender a um potencial consumo de massas” (Gounet, 1999, p. 19), com a produção em série, sem a necessária especialização do operário.

Para tanto, a primeira atitude foi “[...] o parcelamento das tarefas, na mais pura tradição taylorista. Em vez de fazer um veículo inteiro, um operário faz um número limitado de gestos, sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho.” (p. 19). Com isso Ford garantiu a superação dos problemas da produção artesanal, que exigia força de trabalho altamente qualificada com baixíssimo volume de produção, passando à automatização da produção, reproduzindo o trabalho parcial e especializado como forma de garantir a mais-valia, numa produção em série. O filme *A máquina que mudou o mundo*, que tem como protagonista Charles Chaplin, ilustra com muita propriedade esse tipo de produção, na qual o trabalhador não se movimenta, realiza as atividades mecanicamente, pois com a criação do sistema de esteira rolante tudo fica mais rápido, a produção aumenta, reduzem-se os gastos, proporcionando uma elevação nos lucros.

Para alcançar taxas elevadas de produção e lucro Ford estabelece o dia de trabalho de oito horas e institui a recompensa de cinco dólares para os trabalhadores de sua linha de montagem automática, “o que serviu para atrair a massa de trabalhadores à sua indústria, sendo que depois, pela concorrência, passou a ser o modo universal de produção, até porque as empresas concorrentes ou seguiam desse modo ou quebravam.” (p. 20-21). Na realidade, o que Henry Ford propunha era uma sociedade baseada no consumo, o que exigia condições para tal. Quer dizer, se o trabalhador recebesse mais, consequentemente o consumo seria maior.

Numa perspectiva global a consolidação desse regime de acumulação/fordismo ocorreu de forma desigual nos países desenvolvidos, tais como Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Itália, em que cada qual traçou cami-

nhos diferenciados no tocante às relações de trabalho, aos investimentos públicos, às políticas monetárias e fiscais. Apesar dessa variedade de caminhos, o domínio econômico e político permaneceu com os EUA, que passaram a dominar a economia mundial.

O processo de crise do sistema fordista de produção, combinado com a profunda recessão da década de 70 do século passado, acirrada pelo choque do petróleo, provocaram a reestruturação econômica e o reajustamento social e político mundial, colocando em movimento um conjunto de processos que se contrapunham ao paradigma fordista, desarticulando tudo o que se tinha até então, ou seja, a rigidez estabelecida neste regime, passando a apoiar-se na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados, produtos e padrões. A produção, ao contrário do sistema fordista, que ocorria em série, passa a ser limitada, de acordo com a demanda do mercado.

Nesse contexto, Alves observa que

[...] o toyotismo assumiu a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornando-se um valor universal para o capital em processo. O toyotismo tornou-se o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva sob novo regime de acumulação flexível. (1999, p. 93).

Como enfatiza Gounet, o sistema toyotista “é um sistema de organização baseado em uma resposta imediata às valorizações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada.” (1999, p. 29). Quer dizer, nesse sistema de acumulação flexível o trabalhador é mais explorado, devendo realizar múltiplas operações com o intuito de diminuir o tempo de produção e a margem de erros e consequentemente há a redução dos salários e da proteção social nas fábricas.

Acontece, assim, uma alteração das condições de trabalho e de sua relação com o capital, uma vez que a produção vai depender da demanda do mercado e o antigo trabalho regular passa a ser ocupado por trabalhos temporários, parciais e até subcontratados. Essa nova maneira de organizar a produ-

ção foi implementada no Japão, no período compreendido entre 1950-1970, produto de uma adaptação progressiva do fordismo às condições materiais e culturais daquele país.

Com efeito, observa Alves,

[...] sobre o novo método de gestão da produção, impulsionado em sua gênese sócio-histórica pelo sistema Toyota, conseguiu assumir um valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. (1999, p. 94).

Isso tem um significado muito importante para o capitalismo em si, pois, a partir da mundialização do capital<sup>4</sup>, a lógica da produção de mercadorias passa a se dar de acordo com as necessidades do mercado. Segundo o mesmo autor,

surge uma nova realidade que se impõe sobre as partes constituintes do complexo produtor de mercadorias. Torna-se decisivo, para a própria eficácia do sistema, não apenas a racionalização intrafirma, mas a racionalização intracomplexo produtivo, nas relações entre as empresas (possibilitadas, é claro, pelas novas tecnologias de telecomunicações e de informática). (p. 128).

O autor, na verdade, quis com isso dizer que essa nova realidade surge impulsionada por um novo método de gestão de produção, que racionaliza as relações entre trabalhadores e empresas, provocando mudanças nas etapas de produção, que passam a ser executadas fora da empresa, ou seja, empresas menores contratadas para executar o que antes era feito nas indústrias. Isso leva a uma conseqüente redução do mercado de trabalho, ao desaquecimento

---

<sup>4</sup> Alves esclarece que a nova etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da reestruturação capitalista, é caracterizada como sendo a mundialização do capital.

da economia e à diminuição do consumo. Isso acarreta, evidentemente, maior exploração da força de trabalho, que se flexibiliza, ficando submetida aos interesses do capital, o qual, em função da globalização da economia e dos avanços tecnológicos, necessita reestruturar-se para não diminuir seus lucros.

O que se observa ainda é que, com a globalização, os mercados são disputados e sobrevivem apenas aqueles que possuem maior competitividade. Certamente nesse aspecto os países que dominam a tecnologia terão melhores condições de aumentar seus lucros e continuar disputando seu espaço na economia globalizada, invadindo todos os espaços globais concorrentemente ou na forma de monopólios. Para Laski “a necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda a parte.” (1982, p. 97).

Considerando o rápido aprimoramento de todos os meios de produção, aliado às imensas facilidades dos meios de comunicação, deduz-se que, a partir das duas formas de organização da produção, o capitalismo se consolida como sistema social e econômico predominante, assumindo as conseqüências da mundialização do capital: se por um lado a queda das barreiras geográficas trouxe uma série de mudanças nos campos do social e do humano, possibilitando melhorias materiais, gerando conforto e agregando qualidade à vida, por outro, aparece o efeito negativo das condições do trabalho e sua relação com o capital, gerando a universalização da miséria e da fome, que anda paralela à universalização dos mercados em mais de três quintos do planeta.

## **A GLOBALIZAÇÃO E A POLÍTICA NEOLIBERAL: novos paradigmas produtivos na organização do processo de trabalho**

---

A partir da virada do século XIX, o surgimento, a prevalência e a superação dos modelos taylorista e fordista impulsionam a busca da melhoria dos padrões de subsistência das sociedades. Os padrões organizativos, baseados na rígida e centralizada proposta fordista, estariam sendo modificados com a

introdução de formas de gestão do trabalho e da produção mais flexíveis e descentralizadas. Isto implica a fragmentação e a dispersão geográfica das unidades produtivas, que têm como objetivo o atendimento das demandas do mercado, redução de custos, eliminação dos excessos de força de trabalho e de matéria-prima, implantando como conseqüência a “produção enxuta”, oriunda do toyotismo.

Como salienta Santos, “a noção de território atualmente transcende a idéia apenas geográfica de espaços contíguos que caracterizam uma região, para a noção de rede, formada por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais [...]” (apud Kon, 1997, p. 61-62). A reorganização dos processos produtivos no contexto da globalização econômica está exigindo novas formas de competição entre empresas e sistemas econômicos, voltando-se não apenas para o produto, mas principalmente para a tecnologia dos processos produtivos.

Como já destacado, a diminuição da importância do modelo fordista e o surgimento de um novo paradigma, que tem como ponto-chave a flexibilidade para produzir vários produtos com uma tecnologia mais avançada, visa integrar o trabalhador a todos os aspectos da produção, mas “o que temos observado é que o complexo de reestruturação produtiva, sob a mundialização do capital, é caracterizado não apenas pela instauração de uma nova base técnica, [...] mas principalmente por uma nova proposta de organização social da produção [...]” (Alves, 1999, p. 131).

O processo de reestruturação e de modernização dos meios de produção (estes não mais determinados exclusivamente pelo capital, mas pelo conhecimento técnico e científico) surge, assim, como alternativa para a crise da organização produtiva e do Estado. Com a implantação de políticas neoliberais, contudo, especialmente na América Latina, outros atores ingressam no espaço estatal, enfraquecendo o Estado-nação que, com o rápido avanço tecnológico, vai progressivamente perdendo a capacidade de controlar os fluxos de informações, passando a ser inoperante no contexto global.

Sachs afirma que “o Estado perdeu parte de sua autonomia de ação em consequência dos processos de globalização da economia” (1993, p. 200), mas isso não pode refletir-se no encolhimento do Estado, na perda de sua capacidade política e administrativa, uma vez que é exatamente isto o que o atual sistema globalizante e neoliberal deseja.

Para Santos,

a globalização neoliberal é um fator explicativo importante dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais. Contudo, apesar de mais importante e hegemônica, esta globalização não é única. De par com ela e em grande medida por reação a ela está emergindo uma outra globalização, constituída por redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas, organizações locais ou nacionais, que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a *precarização do trabalho*, o declínio das políticas públicas [...]. (2002, p. 13 – grifo nosso).

Conforme se depreende do exposto, a globalização traz gravíssimas consequências no que diz respeito à organização social, à soberania política dos Estados nacionais e à política econômica de cada país, uma vez que essa última passa a ser fortemente condicionada por fatores externos que visam atender aos objetivos da comunidade internacional.

Sob esse ponto de vista o Estado deixa de ter o controle sobre o capital financeiro, passando o mercado a ser o alocador dos recursos. O neoliberalismo defende a livre circulação de bens, trabalho e capital, a queda das barreiras comerciais, a flexibilização das leis trabalhistas, as privatizações, enfim, a desregulamentação, deslegalização e desconstitucionalização para melhor adaptar-se às exigências da globalização econômica.

Nesse cenário novos paradigmas produtivos na organização do processo de trabalho passam a ser desenvolvidos, e “a organização do processo de trabalho e as relações industriais ficam dependentes da capacidade da mão-de-obra demonstrar padrões de flexibilidade que se ajustem a essa nova filo-

sófia [...]” (Kon, 1997, p. 67). Ou seja, o trabalhador deve apresentar disponibilidade para treinamento e reciclagem, capacidade de executar diversas tarefas, qualificação de alta tecnologia, submetendo-se dessa forma aos padrões de exigência da economia mundial.

O que se tem observado, entretanto, é que essa mudança na organização produtiva e das relações de trabalho nas economias mundiais tem provocado uma diminuição dos empregos efetivos, mudando para situações de empregos temporários e aumentando o desemprego que, na lógica neoliberal da nova divisão do trabalho, é um mal necessário, o que, por sua vez, gera a exclusão social.

Constata-se que o processo de globalização e as políticas neoliberais, em nossos dias, exigem a definição de novos conceitos sobre a organização do trabalho e de novos paradigmas que expliquem a divisão do trabalho da forma como está acontecendo na ordem local, nacional e mundial.

A desconstrução teórica da noção de trabalho ganha importância na medida em que ocorre “a interpenetração, cada vez maior, entre as funções produtivas e as funções ditas improdutivas.” (Alves, 1999, p. 139). Ou seja, a polaridade entre essas funções produz uma diminuição da classe operária tradicional e provoca mudanças no mercado de trabalho, nos paradigmas produtivos que, em virtude da difusão social da produção, tendem a exigir um novo perfil do trabalhador.

Destaca-se que a transnacionalização da produção com a instalação de multinacionais em diferentes países, a fragmentação geográfica e social dos processos de trabalho, o aparecimento de pequenas microempresas, do trabalho informal ou a domicílio são as faces da metamorfose do trabalho e da mundialização do capital.

As mudanças no trabalho, principalmente no tocante aos processos de terceirização, flexibilização, cooperativização, informalização, dentre outros, revelam a tendência mundial decorrente da alteração do modo de acumulação capitalista e da globalização econômica. Essas mudanças nos processos de

trabalho exigem a desregulamentação do Direito do Trabalho e uma maior flexibilização nas relações capital/força de trabalho. É inegável que o referido processo de mudanças contribuiu para excluir trabalhadores, não se restringindo apenas à luta pela redução do número de trabalhadores, pois também visa submetê-los a novas formas de exploração.

Importa mencionar ainda que a crescente força privada dos conglomerados econômicos e a crise do Estado intervencionista deram impulso às premissas neoliberais que, seguindo orientações, iniciaram uma série de privatizações – o que ampliou os espaços para a atuação de empresas transnacionais, subordinando produtos e serviços antes considerados estratégicos para o desenvolvimento e a soberania nacionais à lógica do mercado internacional. A redução dos gastos públicos com saúde, educação, previdência e de outras políticas sociais significou a desmontagem parcial do Estado de bem-estar social, agravando o quadro social.

Sob tal viés, o entendimento da necessidade de construção de novos paradigmas na organização do processo de trabalho deve ser associado às transformações advindas da globalização, destacando-se as novas tecnologias de informação e comunicação, que foram decisivas na reestruturação do mundo do trabalho e da produção.

## **CONCLUSÃO**

---

Importa assinalar que a organização do processo de trabalho fabril, emergente no final do século XVIII, na Inglaterra, constitui referência histórica na elaboração da noção de trabalho, capital e mais-valia.

Diferentemente da Primeira Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, e da segunda, do século XIX, a época do capitalismo global encontrou boa parte dos movimentos trabalhistas fragilizados e em refluxo. Com o progresso tecnológico e científico a classe trabalhadora deixa de ser o centro da atividade laboral, sendo substituída pela máquina, iniciando-se o processo de exploração da mais-valia relativa.

Enquanto a prioridade for a modernização e a ampliação da economia de mercado, essa atual condição do trabalho e do trabalhador é irreversível. Se por um lado o desenvolvimento tecnológico impulsionou o crescimento, por outro acentuou as desigualdades sociais, provocando a exclusão social. O avanço das desigualdades socioeconômicas entre países e grupos sociais é um indicador da gravidade da situação da população mundial, da qual cerca de três quintos vivem em condições abaixo da linha da pobreza, sem acesso a alimento, água potável, habitação e saneamento básico.

Ademais, sem ignorar a presença invisível do mercado em meio à globalização econômica e o desenvolvimento de políticas neoliberais, a situação exige novos paradigmas produtivos na organização do processo de trabalho. O mais alarmante, no entanto, é que, ao invés de as políticas contribuírem para o aprimoramento da democracia, têm gerado a desintegração social numa escala massiva, acirrando as contradições sociais e universalizando a miséria.

Não se pode desconsiderar que as formas de organização da produção capitalista fordista e toyotista aceleraram o processo do capitalismo moderno, introduzindo novas modalidades de produção. Por conta destas desenvolveram-se tecnologias mais flexíveis, modificando a dinâmica das relações de força e de poder entre empresas e mercados. O capitalismo atual, baseado no capital financeiro, apresenta, assim, uma característica muito mais ideológica que econômica, desestruturando a sociedade. Nesse sentido Therborn observa que

a contradição fundamental do capitalismo atual é mais ideológica do que econômica. Ela se manifesta na destruição social criada pelo poder do mercado. Vemos em todos os países, não somente na América Latina, tendências a um desemprego em massa de caráter permanente, uma reprodução da pobreza e, também, o surgimento de altos graus de desesperança e de violência, inclusive nos países escandinavos. Essa tendência autodestrutiva da competição atual no capitalismo, geradora de mecanismos cada vez mais intensos de exclusão social de uma grande parte da população, é um aspecto central desta contradição sociológica. (1995, p. 47).

Conclui-se que as mais graves conseqüências da globalização e do neoliberalismo em quase todos os países, sobretudo na América Latina, foram: do ponto de vista social, a ampliação das diferenças sociais, o agravamento das desigualdades, a exclusão e a segmentação social; do ponto de vista econômico, o desvio crescente de recursos para a especulação, a incapacidade crescente de absorção da mão-de-obra e do trabalho humano, e a incapacidade de recuperar e sustentar ritmos elevados de crescimento.

Assim sendo, é necessário e urgente que se enfrentem as contradições do atual sistema capitalista e se reconstrua uma teoria crítica sobre novas formas de gestão e de controle do processo de produção e do trabalho; que se analisem as situações existentes e se lute por outro tipo de sociedade, diversa da que se forma com o neoliberalismo. Trata-se da luta por uma sociedade mais justa, na qual se reduzam as desigualdades que a supremacia do mercado e do capital vêm construindo e se restabeleça um novo pacto social, com a clara intenção e compromisso de proteger e salvaguardar os excluídos, seu direito ao trabalho e à vida.

Isso implica também resguardar os direitos dos trabalhadores – conquistados ao longo de penosas lutas – que ora se vêem ameaçados pela implementação de políticas neoliberais, principalmente no que diz respeito à desregulamentação e à flexibilização das leis trabalhistas.

## REFERÊNCIAS

---

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Práxis, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ASHTON, T. S. *A revolução industrial*. Tradução, notas e índices de Jorge Macedo. Portugal. 6. ed. Publicações Europa-América, s/d.

BRAVERMANN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

COULON, Olga Maria A. Fonseca; PEDRO, Fabio Costa. *O nascimento das fábricas*. Disponível em: <<http://www.hystoria.hpg.ig.com.br>>. Acesso em: 14/05/2003.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1999.

HOBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial ao Imperialismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

KON, Anita. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. (Orgs.). *Desafios da globalização*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LASKI, Harold J. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LENINE, VI. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 1.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (Orgs.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1997.

SACHS, Ignacy. *Perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia*. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Balanço do neoliberalismo*. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio*. São Paulo: Scipione, 2002.